

RELATÓRIO DO PARLAMENTO DO REINO DO LESOTO

À 57ª Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC sobre o Aproveitamento da Tecnologia e da Inovação para Parlamentos Inteligentes, Inclusivos e Responsivos na Região da SADC



**APRESENTADO POR
RT. EXCELENTE. TLOHANG
SEKHAMANE ORADOR DA
ASSEMBLEIA NACIONAL**

1. Introdução

Exmo. Presidente, o Parlamento do Reino do Lesoto reafirma o seu compromisso de continuar a apoiar o Fórum Parlamentar da SADC para a realização dos objectivos do Fórum. Por isso, levamos a sério as resoluções da Assembleia Plenária como o órgão máximo de definição de políticas do Fórum.

De acordo com a orientação fornecida pelo gabinete do Secretário-Geral através de uma carta datada de 23 de abril de 2025, Ref: SG/57th PLENARY/SK/2025/07 sobre a apresentação de relatórios de país e a prática vigente do Fórum, estou a apresentar este relatório que detalhará os esforços feitos pelo Parlamento do Lesoto para implementar as principais resoluções do Fórum. O relatório irá também destacar medidas que foram tomadas para implementar as resoluções da 56^a Sessão da Assembleia Plenária, realizada em Livingstone, na Zâmbia, em Dezembro de 2024.

2. Progressos na transformação do Fórum num Parlamento Regional da SADC

Exmo. Presidente, conforme relatado no último Plenário, o Governo do Lesoto assinou o Acordo para alterar o Tratado da SADC de forma a estabelecer o Parlamento da SADC.

Além disso, o Parlamento do Lesoto recebeu correspondência do Ministério dos Negócios Estrangeiros, instando o Parlamento a comentar o Projecto de Protocolo sobre o Estabelecimento do Parlamento da SADC. Tanto o Projeto de Protocolo como os documentos estratégicos utilizados pelo Fórum para defender a transformação foram partilhados com os Departamentos relevantes das duas Câmaras do Parlamento para parecer jurídico. Após a recepção do parecer, os Presidentes de ambas as Câmaras reunir-se-ão para concordar com a posição do Parlamento e apresentá-la ao Ministério dos Negócios Estrangeiros até ao final do mês de Junho.

3. Destacamento de altos funcionários parlamentares para o Fórum

Conforme consta do nosso último Relatório Exmo. Presidente, os funcionários do Parlamento são empregados pela Comissão da Função Pública e destacados para o Parlamento pela Função Pública. A Lei da Função Pública e o Regulamento da Função Pública não prevêm o destacamento de funcionários com remuneração integral e, por conseguinte, a remuneração de todos os funcionários destacados é suportada pelas instituições para as quais foram destacados. Portanto, enquanto os funcionários do parlamento estiverem sob a Função Pública, o Parlamento do Lesoto não estará em condições de destacar funcionários para o Fórum com pagamento integral.

Infelizmente, o Exmo. Presidente, a Emenda Constitucional que propõe estabelecer o Serviço Parlamentar e a Comissão de Serviço Parlamentar ainda se encontra no Senado (a Câmara Alta do Parlamento) para promulgação.

4. Apoio às Missões de Observação Eleitoral do PF da SADC

Exmo. Presidente, permita-me indicar que, para o ano financeiro de 2025/2026, o Parlamento do Lesoto não dispõe de uma dotação orçamental para as missões de observação eleitoral. O montante estimado necessário do Parlamento do Lesoto para patrocinar as eleições no Malawi, Seicheles e Tanzânia em 2026 é de aproximadamente M 749.535,04 (um total da contribuição proposta de 6.000 USD por eleição e patrocínio de dois parlamentares por missão), o que representa 8,5% do nosso orçamento actual para viagens internacionais. É triste referir que a verba destinada às deslocações internacionais não é suficiente para cobrir todas as deslocações internacionais obrigatórias da Assembleia Nacional; e, por isso, não podemos ter em conta o custo das missões eleitorais.

Não obstante o acima exposto, o Exmo. Presidente, o Parlamento do Lesoto deixou bem claro que as Missões de Observação Eleitoral são fundamentais para facilitar e garantir a integridade das eleições, a confiança dos eleitores e a legitimidade do processo eleitoral e do seu resultado. Por conseguinte, o Parlamento do Lesoto mantém-se firme na defesa da continuação das Missões de Observação Eleitoral do PF da SADC, em conformidade com o

objectivo do PF da SADC de promover os princípios dos direitos humanos, da democracia, da paz e da segurança na região da SADC. Apelamos também a todos os Estados-Membros para que encontrem formas de apoiar financeiramente a

Missões em prol da sustentação daquilo que defendemos como Fórum. Neste sentido, o Parlamento do Lesoto está em processo de procura da sua independência financeira, o que lhe permitirá participar nestas missões num futuro não tão longínquo.

5. Designação de uma Pessoa Focal na Domesticação da Lei-Modelo

Exmo. Presidente, estamos em processo de recrutamento de três diretores jurídicos adicionais ao longo deste exercício; e um desses oficiais será designado para fazer a ligação com o Comité de Supervisão das Leis Modelo Parlamentares Regionais (RPMLOC) no acompanhamento da domesticação das Leis Modelo do PF da SADC.

Entre as peças legislativas que foram diretamente influenciadas pelas Leis-Modelo da SADC, contam-se as seguintes:

- A Lei Eleitoral da Assembleia Nacional de 2011 e as suas alterações subsequentes;
- Lei de Combate à Violência Doméstica de 2022;
- Lei de Harmonização dos Direitos das Viúvas Consuetudinárias com a Capacidade Jurídica das Pessoas Casadas de 2022; e
- Projeto de Lei de Proteção e Bem-Estar Infantil (Emenda), de 2022, atualmente em discussão no Senado.

O Parlamento do Lesoto partilhou também as Leis Modelo da SADC relevantes com os Ministérios das Finanças e do Turismo e Cultura, que estão em processo de elaboração do Projeto de Lei de Gestão e Responsabilidade Financeira Pública e do Projeto de Lei de Proteção e Administração de Costumes nas Escolas de Iniciação, respetivamente.

6. Implementação do Projeto de SRHR e Governação 2023-2026

O Parlamento do Lesoto reconduziu o Investigador do SRHR em outubro de 2023, após a aprovação da fase atual do Projeto. A 14 de fevereiro de 2024,

o Parlamento do Lesoto assinou o Acordo de Implementação do Projeto de SRHR e Governação com o SADC PF.

Até à data, foram gastos M70. 100,00 (aproximadamente US\$ 3.643,00) para atividades do projeto. Para além das atividades que referi no meu último relatório, foram realizadas as seguintes atividades:

- Reunião com múltiplas partes interessadas para promover a responsabilização democrática e fazer avançar os direitos humanos; e
- Reunião do Grupo de Trabalho Nacional teve como objetivo analisar as implicações da mudança na arquitetura global de financiamento da saúde na prestação de serviços de saúde para HIV, Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos (SDSR), bem como o seu impacto no fortalecimento dos sistemas de saúde.

Até ao momento, 30 membros do Parlamento (MPs), 12 funcionários parlamentares e 12 membros de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) foram formados neste Projecto.

De 26 a 28 de maio de 2025, decorrerá uma campanha de sensibilização pública sobre o impacto das alterações climáticas na SDSR e como a SDSR pode ser integrada na ação climática no distrito de Mafeteng, na qual participarão 15 membros do Parlamento, 10 funcionários parlamentares, três membros de organizações da sociedade civil e representantes de dois ministérios setoriais.

Exmo. Presidente, gostaria de indicar que o Parlamento do Lesoto reconhece o papel crucial que o Projecto desempenha no reforço das respostas regionais e nacionais aos desafios da SDSR através do braço legislativo da governação. Institucionaliza a SDSR dentro das estruturas e planos de trabalho dos parlamentos, incluindo através de comités dedicados, moções, debates e supervisão orçamental, garantindo que a SDSR não é tratada como uma questão independente, mas que está integrada em todos os sectores.

7. Resoluções da 56ª Assembleia Plenária

7.1 Resolução do Simpósio sobre o Desenvolvimento da Capacidade dos Parlamentares em Funções Legislativas em Relação aos Avanços Tecnológicos:

Com o apoio do Ministério das Comunicações, Ciência e Tecnologia, o Parlamento do Lesoto irá realizar três workshops no presente ano fiscal, da seguinte forma:

- Um workshop sobre Cibersegurança;
- Um workshop sobre Infraestrutura Pública Digital; e
- Um workshop sobre Governança das TIC.

7.2 Sobre as duas resoluções do simpósio que apelam aos Estados-Membros da SADC para que desenvolvam políticas e tomem medidas práticas para promulgar leis TIC:

O Lesoto está a fazer os seguintes desenvolvimentos:

- A Lei de Proteção de Dados de 2011 está a ser revista;
- O Projeto de Lei sobre Crimes Informáticos e Cibersegurança de 2024 está a ser promulgado (sendo considerado por um dos Comités de Carteira da Câmara);
- Está em elaboração o Projeto de Lei das Comunicações para Transações Eletrónicas;
- A Política de Inteligência Artificial (IA) deverá ser analisada pelo Gabinete;
- A Política de Gestão de Dados/Governança de Dados está a ser finalizada.

7.3 Sobre as Resoluções sobre o Relatório do Comité Permanente sobre a Igualdade de Género, a Promoção da Mulher e o Desenvolvimento da Juventude solicitando a domesticação da Lei-Modelo da SADC sobre a Erradicação do Casamento Infantil e a Proteção das Crianças Já Casadas e para estabelecer Espaços Seguros e Garantir a Prestação de Aconselhamento e Apoio Jurídico aos Sobreviventes de Casamento Infantil e VBG:

No início deste ano, a Assembleia Nacional aprovou o Projeto de Lei de Proteção e Bem-Estar Infantil (Emenda) de 2022, que aborda

muitas das questões contidas nesta Lei Modelo e, como mencionado anteriormente, o Projeto de Lei está atualmente no Senado.

7.4 Sobre a Resolução sobre o Relatório da RPMLOC que implora aos Parlamentos Membros que considerem seriamente a criação de uma Comissão Parlamentar Gabinetes de Orçamento para ajudar os Parlamentos a alcançar a excelência na supervisão orçamental:

O Parlamento do Lesoto está em processo de criação do Gabinete Orçamental Parlamentar. Foi anunciado o cargo de Director do Gabinete Orçamental Parlamentar; e os candidatos pré-selecionados serão entrevistados em breve pela Comissão da Função Pública; e esperamos ter um Departamento completo em breve.

8. Conclusão

Concluindo, o Exmo. Presidente, gostaria de informar que os nossos Representantes se reuniram e decidiram que, para além de apresentarem os relatórios do Plenário na Câmara, se reunirão e acordarão as modalidades de implementação das deliberações do Plenário. Este é um passo positivo, Exmo. Presidente, o que melhorará os nossos relatórios em plenários subsequentes.

Agradeço-lhe, Senhor Presidente.

.....